

**DIREITO À EDUCAÇÃO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA: A INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE EFETIVAÇÃO CONSTITUCIONAL****Fabiana Girotto Ribeiro**

Doutorado Administração

UniRV-Universidade de Rio Verde, Rio Verde-GO

girotto@unirv.edu.br Eder

**DOI: 10.47094/32SEJUR.2025/6****Eder Veloso Machado**

Mestre em Agroquímica

UniRV-Universidade de Rio Verde, Rio Verde-GO

ederveloso8@gmail.com

Introdução: O avanço das tecnologias digitais, especialmente da Inteligência Artificial (IA), impõe novos desafios à educação pública e exige a reestruturação das políticas de formação docente no Brasil. Diante das desigualdades digitais, a capacitação tecnológica de professores torna-se fundamental para a efetivação do direito à educação previsto no art. 205 da Constituição Federal, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e à cidadania. Assim, a formação para uso ético e pedagógico da IA deve ser compreendida como parte do exercício desse direito social, promovendo inclusão tecnológica e justiça educacional. À pesquisa apresentada integra um projeto de extensão da Universidade de Rio Verde (GO), destinado à formação continuada de professores da rede pública municipal.

Objetivo: O objetivo é capacitá-los para o uso crítico de ferramentas baseadas em IA, como ChatGPT, Slides.AI e Synthesia, com foco na prática pedagógica alinhada às competências da BNCC. O projeto promove também a cidadania digital e contribui para a redução das desigualdades sociais, ao reconhecer o acesso à tecnologia como um elemento essencial à educação de qualidade.

Método de Pesquisa: A metodologia adotada é qualitativa, com caráter aplicado e extensionista. Oficinas presenciais quinzenais, rodas de conversa e projetos colaborativos foram conduzidos com os docentes. A observação participante e a análise dos materiais produzidos constituíram os principais instrumentos de coleta de dados. O envolvimento de discentes de Engenharia de Software da UniRV proporcionou uma experiência de aprendizagem horizontal e colaborativa entre universidade e escola pública.

Resultados: Os resultados indicam que a formação docente com apoio da IA não apenas qualifica o processo educativo, mas também fortalece o papel da universidade na promoção da equidade. Os participantes demonstraram ganhos em autonomia digital, maior engajamento com os alunos e consciência crítica quanto ao uso das tecnologias.

Conclusão: Conclui-se que a inclusão digital deve ser tratada como uma garantia constitucional e um dever do Estado. O projeto será sistematizado em documentário, com vistas à replicação em outras redes públicas, fortalecendo políticas educacionais voltadas à transformação social por meio da tecnologia.

Palavras chaves: Inteligência Artificial. Direito à Educação. Inclusão Digital.